

PS quer comissão de inquérito transmitida em directo

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnoticias.pt

Sérgio Gonçalves entende que é determinante que os madeirenses tenham acesso a todos os esclarecimentos que venham a ser prestados no âmbito da Comissão de Inquérito às ‘obras inventadas’ e aos alegados favorecimentos do Governo Regional a grupos económicos, requerida pelo PS na sequência das acusações feitas por Sérgio Marques, ex-secretário regional e ex-deputado do PSD.

É nesse sentido que os socialistas deram entrada no Parlamento a um requerimento para que a comissão de inquérito se realize na sala do Plenário, seja aberta à comunicação social e tenha transmissão online. “Na base da constituição desta comissão estão afirmações e suspeitas muito graves de actos lesivos dos interesses da população, pelo que é imperativo que todas as pessoas possam acompanhar os esclarecimentos que lhes são devidos”, justifica o líder do PS-Madeira.

A representar o PS neste processo de inquirição e averiguação dos factos denunciado por Sérgio Marques estarão o próprio presidente, Sérgio Gonçalves, o líder da bancada parlamentar, Rui Caetano e o deputado Victor Freitas.

Perante as acusações que recaem sobre o Governo Regional de favorecer grupos económicos e de ceder a pressões – na origem das quais poderá estar, inclusivamente, o afastamento de Sérgio Marques do Executivo – o líder do PS faz questão de confrontar directamente Miguel Albuquerque. “Os actos denunciado pelo então de-



Sérgio Gonçalves quer confrontar Albuquerque no parlamento.

putado do PSD à Assembleia da República são susceptíveis de configurar a prática de diversos crimes, pelo que o cabal esclarecimento por parte dos visados tem de ser feito debaixo do olhar dos madeirenses e porto-santenses, perante a comunicação social e com transmissão on-line, e não no segredo de quatro paredes”, afirma Sérgio Gonçalves.

Além dos alegados favorecimentos e da cedência do presidente do Governo a pressões de grupos económicos, as declarações de Sérgio Marques ao Diário de Notícias de Lisboa, que já levaram à sua renúncia ao mandato de deputado, apontam também a existência de “obras inventadas”

e “investimentos loucos” por parte das Sociedades de Desenvolvimento. “Isto não pode deixar de ser explicado minuciosamente aos madeirenses, que, durante décadas, terão de continuar a pagar a dívida irresponsável criada pelo PSD”, vinca Sérgio Gonçalves, acrescentando que esta é uma das causas do facto de a Madeira continuar a ser a região com o maior risco de pobreza do País.

“Se Miguel Albuquerque não tem nada a esconder e não teme o escrutínio da sua governação, então certamente não terá qualquer problema em dar esclarecimentos públicos à população”, desafia o líder socialista.

Salário mínimo com maior subida desde 2015

O Salário Mínimo Regional (SMR), fixado nos 785 euros, cresce este ano 62 euros face a 2022. Trata-se da maior subida registada desde 2015 (+52,4%), altura em que a remuneração mínima garantida se fixava nos 515,10 euros.

Comparativamente ao ano passado, o Salário Mínimo Regional sobe 8,57% (de 723 para 785 euros) acima do aumento de 7,8% fixado ao nível nacional. Feitas as contas, os madeirenses recebem mais 25 euros do que quem trabalha em território continental, onde a remuneração mínima aumentou de 705 euros para 760 euros, este ano.

A Região implementou assim, este ano em comparação com 2022, a maior subida salarial do País, com um acréscimo 3,3% em relação à remuneração mínima nacional, e acima do aumento aprovado nos Açores (+ 7,8% em relação ao ano passado).

“Manter este acréscimo face ao valor praticado ao nível nacional é um claro sinal de confiança e de

dignificação do trabalho. O aumento contínuo das tabelas de remuneração, conseguido nos últimos anos, reflecte o inequívoco compromisso deste Governo Regional em valorizar os trabalhadores madeirenses, reflectindo também o esforço dos parceiros sociais na melhoria das condições salariais”, destaca a secretária Regional de Inclusão, Rita Andrade.

No dia em que o Parlamento Regional discute o Salário Mínimo Regional, Rita Andrade reafirma a convicção do Governo Regional de que “uma política sustentada de aumento do salário mínimo dinamiza o crescimento das demais remunerações convencionais, contribuindo para o reforço do nívelamento dos rendimentos”.

“Trabalhar pela redução das desigualdades e promover o desenvolvimento e a coesão social e económica da Madeira e do Porto Santo é uma missão de extrema importância para este Governo Regional”, conclui Rita Andrade. **R. F.**



José Manuel Rodrigues presidiu a debate na Escola Francisco Franco.

Jovens incitados a lutar pela democracia

José Manuel Rodrigues incitou, ontem, os jovens a lutarem por uma melhor democracia, por considerar que “a democracia está doente e precisa de terapias, sob pena de ser atingida pelo ‘cancro’ do autoritarismo e do absolutismo”.

Foi no âmbito de um debate promovido pela Escola Secundária Francisco Franco subordinado ao tema ‘O valor da democracia’, que o presidente do parlamento madeirense se pronunciou sobre o tema, tendo referido que “é fácil ser extremista numa democracia,

o difícil é ser democrata numa ditadura, portanto a nossa luta só pode ser por uma melhor democracia”, venceu.

Além de José Manuel Rodrigues, participaram neste debate o director do DIÁRIO, Ricardo Miguel Oliveira, o subdirector do JM, Miguel Silva, e o estudante dinamizador do Projecto ‘Erasmus+’, Hugo Carvalho.

No entender do presidente da Assembleia Legislativa Regional, “qualquer democracia, por mais imperfeita que seja, é sempre melhor que qualquer ditadura”. **M.L.**

Sérgio Gonçalves representa a Região no CES

O presidente do PS-Madeira tomou ontem posse em Lisboa como membro do Conselho Económico e Social (CES). Sérgio Gonçalves passa a integrar, como membro efectivo, este órgão constitucional em representação da Região Autónoma da Madeira, depois de ter sido eleito para tal no Parlamento Regional. Por seu turno, o líder parlamentar do PS, Rui Caetano, tomou posse como membro suplente.

O Conselho Económico e Social é um órgão constitucional de con-

sulta e concertação social que tem como principais objectivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas. Tem, assim, como missão a promoção do diálogo social e a negociação entre o Governo e os parceiros sociais (confederações sindicais e confederações patronais), apreciando projectos de legislação no que respeita a matérias sociolaborais e celebrando

acordos de concertação social.

“É com um sentido de enorme responsabilidade que encaro este desafio de integrar o Conselho Económico e Social, porquanto se trata de um organismo com um papel importantíssimo na definição das políticas e decisões laborais no nosso País”, refere o presidente do PS, destacando, por exemplo, o aumento do salário mínimo nacional promovido pelo Governo da República e com aplicação também na Região.